

Ética eleitoral

O TSE julgará hoje, se não houver surpresa, o registro da candidatura Sílvio Santos. Entendem alguns que a apreciação tem de ficar nos aspectos formais, outros que seja interpretado o conteúdo ético, a legitimidade. Os primeiros têm visão rígida, nos outros, predomina a análise liberal, a supremacia dos interesses da sociedade.

O julgamento representará, pois, uma definição do TSE, o que aumenta sua responsabilidade. Homologando Sílvio Santos, o Tribunal convalidará as negociações em torno de sua candidatura, sobre as quais pesam inúmeras suspeitas. Colocando em plano superior a ética, a filosofia da evolução social, não ficará limitado e se oporá ao ludíbrio. A História, por isso, anotará, para apreciação posterior, os nomes dos juízes.

A Nação, de qualquer forma, será influenciada pelo que for resolvido. Esse tem sido, principalmente nos últimos anos, o País da impunidade e da Lei de Gerson, onde levar vantagem é prova de inteligência. Assim tem sido pela omissão da sociedade, como um todo, e de cada cidadão que não reage. Assim continuará sendo se a ética não for essencial à atividade pública, que serve de espelho à sociedade.

Não há dúvida que o empresário Sílvio Santos preenche as exigências formais (é brasileiro, licenciou-se de suas empresas etc), mas isso não lhe permite chegar à Presidência

da República de qualquer jeito, usando qualquer método. Ao TSE não cabe saber ou julgar se Sílvio Santos tem qualidades para ser não presidente, porém isso não o exime de apreciar a intenção da Lei, que permitiu a substituição de candidatos para garantir os partidos, não para facilitar "negócios".

Há outros aspectos. Muitos argumentam, por exemplo, que havendo registrado outros tipos de candidatos, como o "amarelinho", o TSE não tem condições morais de negar qualquer outro. Nesse caso, ao Tribunal cabe apenas a função de examinar se os papéis estão corretos e carimbá-los. Não é assim. Não pode o TSE ficar reduzido a um guichê eleitoral.

Todo o episódio comprova que o empresário Sílvio Santos não tem maior compromisso com o processo democrático. Ele mudou de partido apenas para obter sua candidatura, o que demonstra claramente seu objetivo. Não tem, como reconhece, qualquer programa de governo, apesar de o País encontrar-se em fase extremamente difícil. Não tem qualquer conhecimento da vida pública, a ponto de não reconhecer o Ministro do Interior, em cuja casa saiu candidato, nem identificar o presidente da Câmara.

Por tudo isso a candidatura Sílvio Santos foi colocada como um negócio, no qual o TSE não pode ser comprometido.